

DISCUSSÕES SOBRE AS IMPLICAÇÕES DO NOVO BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO BRICS+ PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA AMÉRICA LATINA E CARIBE

Charles Serra Tabarin

Universidade Estadual de Campinas | charles.serrat@gmail.com

Sessão Temática II: Desenvolvimento Regional – políticas, escalas e ações

Resumo: O artigo analisa o papel do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) do BRICS+ na América Latina e Caribe, especialmente ao Brasil, além de perspectivas futuras, explorando sua atuação como alternativa às instituições financeiras tradicionais dominadas pelos Estados Unidos. Com foco em financiamento de infraestrutura e desenvolvimento sustentável, o NBD fortalece o multilateralismo e amplia a autonomia econômica da região. A pesquisa evidencia como a crise hegemônica dos EUA abriu espaço para a crescente influência do BRICS+ na América Latina, trazendo implicações geopolíticas e econômicas significativas para o desenvolvimento regional.

Palavras-chave: BRICS+; NBD; hegemonia; América Latina e Caribe; desenvolvimento regional.

DISCUSSIONS ON THE IMPLICATIONS OF THE NEW BRICS+ DEVELOPMENT BANK FOR REGIONAL DEVELOPMENT IN LATIN AMERICA AND THE CARIBBEAN

Abstract: *This paper examines the role of the New Development Bank (NDB) of BRICS+ in Latin America and the Caribbean, especially to Brazil, in addition to future perspectives, highlighting its position as an alternative to U.S.-led traditional financial institutions. By financing infrastructure and sustainable development projects, the NDB strengthens multilateralism and enhances the region's economic autonomy. The research shows how the U.S. hegemonic crisis has created opportunities for BRICS+ influence in Latin America, with significant geopolitical and economic implications for regional development.*

Keywords: BRICS+; NDB; hegemon; Latin America and the Caribbean; regional development.

DISCUSIONES SOBRE LAS IMPLICACIONES DEL NUEVO BANCO DE DESARROLLO DE BRICS+ PARA EL DESARROLLO REGIONAL DE AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE

Resumen: *Este artículo analiza el papel del Nuevo Banco de Desarrollo (NDB) del BRICS+ en América Latina y el Caribe, especialmente a Brasil, además de las perspectivas de futuro, destacando su función como una alternativa a las instituciones financieras tradicionales lideradas por Estados Unidos. Al financiar proyectos de infraestructura y desarrollo sostenible, el NDB refuerza el multilateralismo y amplía la autonomía económica de la región. La investigación evidencia cómo la crisis hegemónica de Estados Unidos abrió espacio para la creciente influencia del BRICS+ en América Latina y el Caribe, con importantes implicaciones geopolíticas y económicas para el desarrollo regional.*

Palabras clave: BRICS+; NDB; hegemonía; América Latina y el Caribe; desarrollo regional.

INTRODUÇÃO

O cenário internacional contemporâneo é caracterizado por mudanças profundas e desafiadoras, refletindo uma transição no equilíbrio de poder econômico e político global. A hegemonia estadunidense, consolidada após a Segunda Guerra Mundial por meio de instituições como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio, tem sido progressivamente questionada diante do surgimento de novos atores globais, como o BRICS+. Esse agrupamento de economias emergentes – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, com novos membros incorporados a partir de 2024 – desempenha um papel crucial na contestação da ordem internacional vigente, promovendo iniciativas que buscam maior equilíbrio e representatividade nas dinâmicas globais.

Nesse contexto, o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), fundado pelo BRICS em 2014, surge como um elemento central na estratégia de reconfiguração do sistema financeiro global. Com foco no financiamento de projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável, o NBD apresenta-se como uma alternativa às instituições tradicionais dominadas por interesses das nações centrais, como os Estados Unidos. Sua abordagem inovadora, baseada na igualdade de governança entre os membros fundadores, busca superar as assimetrias de poder e atender às demandas de países historicamente marginalizados no sistema internacional.

Este artigo analisa as implicações geopolíticas e econômicas da atuação do NBD na América Latina e Caribe, com ênfase no Brasil, país que concentra a maioria dos projetos financiados pela instituição na região. Explorando os impactos do banco na promoção de autonomia econômica e no fortalecimento do multilateralismo, o estudo destaca os desafios enfrentados pelo NBD, como a ampliação de sua base de membros e a diversificação de seus projetos.

Além disso, a análise reflete sobre como a atuação do NBD contribui para transformar as relações econômicas e políticas na América Latina, promovendo uma dinâmica de desenvolvimento menos dependente das instituições ocidentais e mais alinhada às demandas regionais. Por fim, ao contextualizar a crise hegemônica dos Estados Unidos e o papel emergente do BRICS+, este artigo busca compreender como a região pode se beneficiar dessa nova arquitetura de poder global, ampliando suas oportunidades de desenvolvimento sustentável e integração regional.

CRISE HEGEMÔNICA DOS ESTADOS UNIDOS E AMÉRICA LATINA E CARIBE

Entender o conceito de hegemonia é fundamental para analisar os processos de ascensão e declínio hegemônico no atual sistema internacional. Um dos principais pensadores que contribuem para essa compreensão é Antonio Gramsci. Segundo Gramsci (2000), a hegemonia não se limita à dominação econômica ou ao uso de força coercitiva; trata-se de

uma forma mais abrangente de liderança cultural e ideológica. Nessa perspectiva, a hegemonia é caracterizada pela capacidade de uma classe dominante de disseminar sua visão de mundo para o restante da sociedade, de tal forma que essa visão seja aceita como legítima, natural e universal.

Com base nas ideias de Gramsci, a cientista política Meire Mathias (2015) descreve a hegemonia como uma forma estável e duradoura de controle, que, no campo das relações internacionais, combina consenso, cooptação e coerção (Mathias, 2015). Mathias também destaca que, no sistema internacional, a hegemonia resulta de uma contradição central: a aparente igualdade formal entre os Estados, garantida pelo princípio da soberania, contrasta com dinâmicas reais marcadas por interesses políticos e econômicos divergentes e muitas vezes conflitantes (Mathias, 2015).

Essa disparidade estrutural gera uma hierarquia no sistema global, em que os países centrais se beneficiam de vantagens como tecnologia avançada, maior produtividade e capacidade de atuar de forma desterritorializada, o que favorece o domínio comercial (Mathias, 2015). Por outro lado, os países periféricos permanecem em posições subordinadas, focados na produção de bens com menor valor agregado. Essa dinâmica perpetua um sistema desigual, dificultando que os países periféricos rompam os ciclos de dependência e subdesenvolvimento.

Portanto, a hegemonia é um fenômeno complexo, que combina diferentes formas de poder. Sua construção e manutenção dependem não apenas de força econômica e militar, mas também da habilidade de moldar narrativas, influenciar valores coletivos e estabelecer normas que consolidem as relações desiguais de poder no cenário global.

Os Estados Unidos como atual hegemon é consenso entre os pesquisados e a emergência do país como tal ocorreu com a perda de capacidade do Reino Unido de reger o equilíbrio europeu e global. O país consolidou sua hegemonia moldando e reformulando o sistema internacional, especialmente controlando as grandes instituições internacionais formadas após a Segunda Guerra Mundial, como a Organização das Nações Unidas, o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e a Organização Mundial do Comércio. Esse controle garante ao país a orquestração do sistema, garantindo melhores situações aos amigos e piores aos inimigos, o que gerou e gera críticas dos países que exigem uma nova reformulação da política internacional global, como o grupo BRICS+.

O controle sobre a grande moeda de trocas internacionais, o dólar, também garante ao país grande poder de dominação sobre as finanças globais. De acordo com Arrighi (1996), "o sistema de dólar regulamentado pelo Estado conferiu ao governo os Estados Unidos uma liberdade de ação muito maior do que o governo britânico jamais tivera, nos termos da regulamentação privada do padrão ouro no século XIX" (Arrighi, 1996, p. 72).

Porém, desde o início do século XXI, o cenário internacional tem passado por transformações significativas que impactam a hegemonia dos Estados Unidos. Um dos eventos mais

marcantes foi a ascensão da China como a segunda maior economia mundial, consolidando-se como um novo e incontestável polo econômico na ordem global (Reis, 2022).

Autores como Emmanuel Wallerstein apontam para uma crise hegemônica dos Estados Unidos, que segue um longo processo desde a década de 1970, com eventos importantes, como a Guerra do Vietnã, a queda do Muro de Berlim e os atentados de 11 de Setembro (Wallerstein, 2004). Pennaforte e Luigi (2020) destacam que, com o fim da Guerra Fria, os Estados Unidos deixaram de enfrentar o antagonismo do bloco socialista, o que resultou em uma menor presença em diversas regiões do mundo. A geopolítica americana passou a se concentrar no Oriente Médio, abrindo espaço para o surgimento de novos atores globais, como o BRICS, que começaram a ocupar posições estratégicas no cenário internacional (Pennaforte; Luigi, 2020).

Nesse contexto, é possível observar que a hegemonia dos Estados Unidos está passando por um processo de desgaste. Diversos fatores indicam esse enfraquecimento, incluindo o surgimento de novos polos de poder global. Destacam-se a China, como potência econômica e militar; a Rússia, com sua força no campo militar; e o bloco BRICS+, que inclui Brasil, Índia, África do Sul e novos membros, como Egito, Emirados Árabes Unidos, Etiópia e Irã, além dos novos países parceiros, ampliando ainda mais sua relevância geopolítica.

Esse enfraquecimento se reverbera sob áreas em que os Estados Unidos exerciam forte dominação, como a América Latina e o Caribe. Desde o século XIX, os Estados Unidos exerceram uma influência marcante na América Latina, consolidada pela Doutrina Monroe (1823), que afirmava a região como parte de sua esfera de influência exclusiva. Esse domínio foi reforçado ao longo do século XX, principalmente durante a Guerra Fria, quando os EUA intervieram diretamente em governos locais para combater a expansão do socialismo, como nos casos da Guatemala (1954), Brasil (1964) e Chile (1973). No plano econômico, instituições como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM), amplamente influenciadas por Washington, condicionaram empréstimos a reformas neoliberais, aprofundando a dependência econômica e a desigualdade social na região (Harvey, 2005).

No entanto, a partir do início do século XXI, a hegemonia dos EUA na América Latina começou a ser desafiada. A ascensão da China como parceira comercial preferencial de muitos países latino-americanos simbolizou um ponto de inflexão. Segundo dados do Observatório da Complexidade Econômica (2024), obtidos no ano de 2024, parte significativa das maiores economias da América Latina e Caribe têm na China seu maior parceiro comercial, como Brasil, Chile e Peru (OEC, 2024). Isso demonstra um afastamento econômico em relação aos Estados Unidos e uma aproximação maior com os países do BRICS+, como a China, mas cria uma nova situação de dependência econômica em relação ao gigante asiático, além de orbitar a exportação essencialmente de commodities.

A perda de influência dos EUA também é evidente na esfera política. Durante as últimas décadas, vários países da região elegeram governos progressistas que questionaram abertamente a liderança estadunidense e buscaram maior autonomia regional. Iniciativas

como a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) e a integração com o BRICS têm desafiado diretamente a Organização dos Estados Americanos (OEA), vista por muitos como um instrumento da política externa dos EUA. Para Moniz Bandeira (2016), essa busca por maior autonomia reflete a saturação de décadas de intervenções e imposições externas.

Por fim, a polarização interna nos Estados Unidos e seus fracassos geopolíticos recentes, como a retirada caótica do Afeganistão e o enfraquecimento de seu soft power global, contribuíram para o declínio de sua influência na América Latina. Enquanto os EUA permanecem um ator relevante na região, o atual sistema internacional está cada vez mais caracterizado pela multipolaridade, abrindo espaço para a ascensão de novos atores que moldam as dinâmicas geopolíticas da América Latina e do Caribe.

CONTEXTO HISTÓRICO DA FORMAÇÃO DO BRICS+ E DO NBD

O BRICS, atualmente também chamado de BRICS+, é um agrupamento de países emergentes que buscam ampliar seu poder de barganha no cenário internacional, reivindicando mais espaço nos fóruns e organizações internacionais como o FMI e o Banco Mundial. Fazem parte desse agrupamento Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, sendo os membros mais antigos e, os novos membros, incorporados a partir de 2024, sendo eles Egito, Etiópia, Emirados Árabes Unidos e Irã.

O termo BRIC foi introduzido em 2001 como um acrônimo pelo economista-chefe do banco de investimentos Goldman Sachs, Jim O'Neill, em um relatório intitulado "Building Better Economic Brics", onde ele projetava o crescimento econômico de mercados emergentes como Brasil, Rússia, Índia e China, cujas iniciais nomeiam o agrupamento original (Thudium, 2023). De acordo com Stuenkel (2017), O'Neill buscou categorizar os países de grande território e rápido desenvolvimento, que estariam no cerne de uma transformação econômica global e deveriam receber atenção dos investidores internacionais. Ao agrupamento original, foi incorporada a África do Sul, como uma ponte na Cooperação Sul-Sul com o continente africano.

Conforme Thudium (2023), as declarações do BRICS abordam temas como a necessidade de fortalecer e reformar a ONU, o aprimoramento dos mecanismos de integração regional por meio da cooperação entre países em desenvolvimento e a aplicação das normas e princípios de direito internacional para além da perspectiva eurocêntrica.

Em um cenário de declínio econômico e geopolítico, surgem possibilidades de contestação à hegemonia dos Estados Unidos. Nye Jr. (2002) destaca que, apesar de os EUA ainda possuírem capacidades significativas, seu domínio deixou de ser absoluto devido à ascensão

de novas potências regionais e à crescente interdependência global (Nye Jr., 2002). Durante a segunda metade do século XX e as primeiras décadas do século XXI, os Estados Unidos enfrentaram desafios mais intensos em suas tentativas de impor seus interesses econômicos e geopolíticos, especialmente por parte de países como os integrantes do BRICS. Um exemplo notável foi a iniciativa do grupo de criar o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), que busca se estabelecer como uma alternativa ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e ao Banco Mundial, sem a predominância das nações centrais (Pennaforte, 2020).

O Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) iniciou-se a partir da ideia indiana apresentada na IV Reunião Anual do BRICS, realizada em 2012 em Nova Déli. Segundo Pereira e Milan (2018),

Desde a reunião na Índia até o encontro seguinte, em 2013, em Durban, África do Sul, foram feitos estudos para analisar a viabilidade desta nova instituição. Uma das razões para a execução deste projeto estava relacionada ao fato de os países do BRICS terem em conjunto um montante de reservas equivalente a mais de US\$ 4,4 trilhões (com a China tendo, à época, a maior reserva do mundo – equivalente a US\$ 3,25 trilhões –, a Rússia na quinta posição, o Brasil na sétima e a Índia na décima). Após o aval dos ministros da Fazenda de todos os países, em 2014, na cidade cearense de Fortaleza, foi assinado o Acordo Constitutivo do NBD (Pereira; Milan, 2018, p. 15).

O Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), fundado em 2014 pelos países do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), surge como uma alternativa às tradicionais instituições financeiras internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM). Com uma estrutura de governança baseada na igualdade entre os membros fundadores, o NBD oferece uma abordagem inovadora no financiamento ao desenvolvimento, buscando superar as assimetrias de poder que caracterizam o sistema financeiro internacional.

Segundo o Ministério das Relações Exteriores do Brasil, o NBD “visa a prestar apoio financeiro a projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável, públicos ou privados, nos países do BRICS e em outras economias emergentes e países em desenvolvimento. O capital subscrito inicial do banco é de US\$ 50 bilhões, havendo autorização para chegar a US\$ 100 bilhões” (MRE, 2015).

Até 2023, o banco aprovou mais de 90 projetos, totalizando mais de 30 bilhões de dólares em investimentos, abrangendo setores como energia renovável, transporte, saneamento básico e conectividade digital (NBD, 2023). Esses projetos incluem iniciativas emblemáticas, como a modernização de ferrovias no Brasil e o desenvolvimento de parques eólicos na Índia,

promovendo não apenas o crescimento econômico, mas também a redução de emissões de carbono.

Segundo Gomes (2016),

com o NBD e ACR o BRICS parece demonstrar esforços em evidenciar que a arquitetura financeira global, liderada por instituições como o Banco Mundial e FMI, necessita de mudanças e que esses organismos internacionais devem ser representativos e capazes de responder às demandas dos países que vivem às margens do sistema internacional (Gomes, 2016, p. 55).

Além do financiamento de projetos, o NDB busca incentivar o uso de moedas locais em suas operações, reduzindo a dependência do dólar americano. Segundo Prasad (2020), essa estratégia contribui para o fortalecimento das economias locais e mitiga os riscos associados à volatilidade cambial. Essa iniciativa é particularmente relevante em um contexto de transição geopolítica, onde a hegemonia financeira dos Estados Unidos vem sendo questionada.

Apesar de sua inovação e potencial transformador, o NBD enfrenta desafios significativos, como as instabilidades políticas nos países-membro e a necessidade de ampliar sua base de capital para atender à crescente demanda por financiamento. Entretanto, cabe destacar o papel do banco como promotor do desenvolvimento de regiões e áreas antes negligenciadas pelo domínio financeiro hegemônico.

IMPLICAÇÕES GEOPOLÍTICAS E ECONÔMICAS DO NBD PARA A AMÉRICA LATINA E CARIBE

A atuação do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) do BRICS na América Latina e no Caribe é ainda limitada em comparação a outras regiões, com destaque principal para o Brasil como o único país da área com projetos aprovados e em execução. Os projetos aprovados pelo NBD na América Latina se concentram no Brasil, dado que, por hora, apenas países membro do Novo Banco de Desenvolvimento recebem investimentos da instituição. O Brasil é o único país da América Latina e Caribe a fazer parte da instituição, como sócio fundador. Já o Uruguai, é referenciado como “Possível Membro” no site oficial do Novo Banco do Desenvolvimento. Segundo o NBD (2024), “os potenciais membros aqui listados foram admitidos pelo Conselho de Governadores do NBD e se tornarão oficialmente um país membro assim que depositarem seu instrumento de adesão” (NBD, 2024 – tradução nossa).

Um exemplo marcante é o apoio emergencial concedido ao Brasil no contexto da pandemia de COVID-19. Em 2020, o NDB aprovou um empréstimo de 1 bilhão de dólares para financiar medidas de enfrentamento à crise sanitária, com foco na ampliação de redes de proteção

social e mitigação de impactos econômicos e sociais sobre populações vulneráveis (NDB, 2020).

A seguir (Quadro 1) são listados os projetos para a América Latina e Caribe, concentrados todos no Brasil. Na lista, há projetos propostos, aprovados e em implantação e também os cancelados. São eles:

Quadro 1: Projetos financiados pelo Novo Banco de Desenvolvimento.

País	Projeto	Ano de Aprovação do Financiamento	Limite atual de financiamento	Mutuário	Agência de Implementação	Status
Brasil	Corredor Rodoviário Maranhão – Integração Sul Norte	2018	US\$ 71 milhões	Governo do Estado do Maranhão	Escritório de Gerenciamento de Projetos, subsecretário de Infraestrutura	Cancelado
	PARA II – Infraestrutura de Transporte para o Desenvolvimento Regional	2021	US\$ 153 milhões	Estado do Pará	Secretaria de Transporte, Governo do Pará	Cancelado
	Projeto de Expansão dos Serviços de Água e Esgoto em Manaus	2022	US\$ 80 milhões	Manaus Ambiental SA, subsidiária integral do Grupo AEGEA	Manaus Ambiental SA, subsidiária integral do Grupo AEGEA	Cancelado
	Financiamento de Projetos de Energias Renováveis e Transmissão Associada	2016	US\$ 300 milhões	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)	Concluído
	Projeto Pará Municípios Sustentáveis	2018	US\$ 50 milhões	Governo do Estado do Pará	Secretaria de Gestão Estratégica	Aprovado
	Projeto de Proteção Ambiental	2018	US\$ 200 milhões	Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras)		Concluído
	Projeto de Melhoria da Infraestrutura de Transporte da Região Norte	2019	US\$ 300 milhões	Vale SA	Vale SA	Aprovado
	Fundo Pátria de Infraestrutura IV	2019	Até US\$ 100 milhões	Pátria Infraestrutura Geral Sócio IV Ltd.	Pátria Infraestrutura Geral Sócio IV Ltd.	Aprovado
	Programa de Infraestrutura	2020	US\$ 50 milhões	Município de Teresina	Município de Teresina	Aprovado

	Educacional de Teresina					
	Programa de Atendimento Emergencial no Combate à COVID-19	2020	US\$ 1 bilhão	República Federativa do Brasil	Ministério da Cidadania, Governo do Brasil	Concluído
	Projeto BNDES-NDB de Infraestrutura Sustentável	2020	Até US\$ 1,2 bilhão	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)	BNDES	Aprovado
	Projeto de Melhoria do Bus Rapid Transit (BRT) de Curitiba	2020	US\$ 75 milhões	Município de Curitiba	IPPUC (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba) e SMOP (Secretaria Municipal de Obras Públicas)	Aprovado
	Programa Brasileiro de Assistência Emergencial para Recuperação Econômica	2020	US\$ 1 bilhão	República Federativa do Brasil	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)	Aprovado
	Programa BRDE de Infraestrutura Urbana, Rural e Social para alcançar os ODS	2020	Até 134,64 milhões de euros	Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE)	BRDE	Aprovado
	BNDES Clima – Financiamento Sustentável para Apoiar a Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas Globais no Brasil	2021	US\$ 500 milhões	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)	Aprovado
	Projeto Sorocaba de Mobilidade e Desenvolvimento Urbano	2021	US\$ 40 milhões	Município de Sorocaba	UEP (Unidade Executora do Programa)	Aprovado
	Brasília Capital do Projeto de Iluminação Solar	2021	93,67 milhões de euros	Companhia Energética de Brasília – CEB	CEB	Proposto
	Projeto de Infraestrutura Sustentável FONPLATA	2022	US\$ 50 milhões	Fundo Financeiro para o Desenvolvimento	Fundo Financeiro para o Desenvolvimento	Aprovado

				da Bacia do Prata (FONPLATA)	da Bacia do Prata (FONPLATA)	
	Desenvolve SP Projeto de Infraestrutura Sustentável	2022	US\$ 90 milhões	Desenvolve São Paulo (DSP)	Desenvolve São Paulo (DSP)	Aprovado
	Programa de Investimento da SABESP	2022	Até US\$ 300 milhões	Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP)	SABESP	Aprovado
	Projeto de Finanças Sustentáveis Banco do Brasil	2022	US\$ 200 milhões	Banco do Brasil S.A.	Banco do Brasil S.A.	Aprovado
	Programa de Infraestrutura Urbana e Sustentável – Aracaju Cidade do Futuro	2022	Até US\$ 84 milhões	Município de Aracaju	Prefeitura Municipal de Aracaju (PMA)	Aprovado
	Projeto de Eficiência e Expansão de Água e Saneamento de Pernambuco	2023	Até US\$ 202 milhões	Companhia de Águas e Saneamento do Estado de Pernambuco (COMPESA)	COMPESA	Aprovado
	Projeto de Infraestrutura de 100 anos de Aparecida de Goiânia	2023	Até US\$ 120 milhões	Município de Aparecida de Goiânia	Município de Aparecida de Goiânia	Aprovado
	Projeto de Infraestrutura de Abastecimento de Água da Paraíba	2023	Até US\$ 60,95 milhões	Estado da Paraíba	Governo do Estado da Paraíba	Proposto
	Projeto de Mobilidade Urbana Serra – Requalifica Serra	2023	Até US\$ 57,6 milhões	Município de Serra	Município de Serra	Proposto
	Projeto BDMG de Financiamento à Infraestrutura e ao Desenvolvimento Sustentável	2023	US\$ 200 milhões	Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A (BDMG)	BDMG	Aprovado
	Projeto de Atualização e Expansão da	2024	Equivalente a US\$ 200	Companhia Paulista de Força	CPFL Paulista	Proposto

	Infraestrutura de Distribuição de Energia, Estado de São Paulo, Brasil		milhões em RMB	e Luz (CPFL Paulista)		
	Programa Regional de Desenvolvimento de Infraestrutura Sustentável	2024	US\$500 milhões	República Federativa do Brasil	Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional	Proposto
	Projeto Eólico Serra da Palmeira	2024	RMB 1.500 milhões	China Three Gorges Brasil Energia S.A.	China Three Gorges Brasil Energia S.A.	Proposto
	Projeto de Desenvolvimento do Saneamento do Pará – PRODESAN Pará Lagos	2024	US\$50 milhões	Estado do Pará	Companhia de Saneamento do Pará	Proposto

Elaboração: Charles Serra Tabarín (2024). Fonte: NBD, 2024.

A maioria dos projetos são relacionados a melhoria ou implementação de infraestruturas e, os beneficiados são, na maioria dos casos, órgãos públicos brasileiros. Ou seja, o financiamento do NBD pode auxiliar no desenvolvimento de inúmeras regiões brasileiras, que antes careciam de financiamento por parte de outros órgãos internacionais.

Embora o Brasil concentre os projetos, o NDB demonstra interesse em expandir suas operações, considerando setores estratégicos como infraestrutura e energia sustentável. Contudo, um desafio importante é a ausência de outros países da América Latina como membros plenos do banco, o que limita a diversificação dos projetos na região (Griffith-Jones; Sinden, 2021, p. 10).

Com a entrada de mais dois países latino-americanos (Bolívia e Cuba) no BRICS+, como países parceiros, é provável que haja a associação destes ao Novo Banco de Desenvolvimento, permitindo a mais países latino-americanos e caribenhos usufruírem dos benefícios do financiamento de projetos em seu território. O caso de Cuba certamente será o mais marcante, pois poderá receber recursos, mesmo sofrendo com as sanções impostas pelos Estados Unidos, permitindo atualizar sua defasada infraestrutura.

Em conclusão, a atuação do NDB na América Latina e Caribe está em fase inicial, mas o banco tem potencial para se tornar um ator relevante no financiamento ao desenvolvimento. Para isso, será essencial ampliar sua governança, diversificar suas áreas de atuação e promover maior integração com os objetivos regionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Novo Banco de Desenvolvimento do BRICS+ representa um marco na contestação à ordem hegemônica dos Estados Unidos na América Latina e Caribe. Sua atuação promove uma nova dinâmica de financiamento, com foco na sustentabilidade e na integração regional.

Contudo, para consolidar sua posição, o NDB precisará superar desafios políticos e econômicos na região, ao mesmo tempo em que fortalece parcerias estratégicas e respeita as especificidades locais. Ademais, o banco se limita nesse momento há apenas financiar projetos nos seus países componentes, o que restringe sua atuação na América Latina e Caribe, já que, por hora, apenas o Brasil faz parte da instituição e recebe investimentos do banco.

Entretanto, há a possibilidade de incorporação de dois países latino-americanos e caribenhos, Bolívia e Cuba, no grupo do BRICS+ como países-parceiros, o que predispõe também sua incorporação ao Novo Banco de Desenvolvimento do BRICS+, garantindo financiamento para novos projetos na região. A incorporação de Cuba, por exemplo, assegurará ao país socialista alternativas ao bloqueio econômico imposto à ilha pelos Estados Unidos.

Sendo assim, o futuro do NDB na América Latina dependerá de sua capacidade de se adaptar às demandas regionais, oferecendo uma alternativa viável ao modelo ocidental de desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora UNESP, 1996. 393 p.

BANDEIRA, Moniz. **A desordem mundial: o espectro da total dominação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

GOMES, Gabriel Galdino. **BRICS na América Latina e Caribe: a emergência de uma nova governança global**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação)-- Universidade Federal do Pampa, RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 2016. Disponível em: <https://dspace.unipampa.edu.br/bitstream/riu/742/1/Gomes%2c%20Gabriel%20Galdino.%20BRICS%20na%20Am%2c%20a9rica%20Latina%20e%20Caribe%20a%20emerg%c3%aancia%20de%20uma%20nova%20governan%c3%a7a%20global.pdf>. Acesso em: Outubro de 2024.

GRAMSCI, Antonio. **Cuadernos de la Cárcel (México: ERA)**. Tomo 6, Cap. Americanismo y Fordismo. 2000.

GRIFFITH-JONES, S.; SINDEN, A. **The role of the New Development Bank in financing sustainable infrastructure**. London: Institute for Development Studies, 2021.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2005.

LUIGI, Ricardo; PENNAFORTE, Charles Pereira. A (re) emergência do BRICS e o reordenamento de poder na geopolítica contemporânea. **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**. v.9, n.18, Jul./Dez. 2020. Disponível em: https://www.guaia.ufpel.edu.br/bitstream/handle/prefix/7359/A_RE_EMERGENCIA_DO_BRICS.pdf?sequence=1&isAllowed=y.

MATHIAS, M. **A nova geopolítica do desenvolvimento: o NDB na América Latina**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2023.

MATHIAS, Meire. Para pensar a América Latina: poder e hegemonia nas relações internacionais. **Revista Espaço Acadêmico** – Nº 175, 2015, p. 69-75, 2015. Disponível em: <http://www.cih.uem.br/anais/2015/trabalhos/1211.pdf>. Acesso em: Fevereiro de 2024.

MRE, Ministério das Relações Exteriores do Brasil. **O novo Banco de Desenvolvimento do BRICS**. Ministério das Relações Exteriores [site], 2015. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/politica-externa-comercial-e-economica/agenda-financeira-e-tributaria-internacional/o-novo-banco-de-desenvolvimento-do-brics>. Acesso em: Outubro de 2024.

NDB, New Development Bank. **All projects**. New Development Bank, 2024. Disponível em: <https://www.ndb.int/projects/all-projects/>. Acesso em: Março de 2024.

NDB, New Development Bank. **Projects Overview**. NDB, 2023. Disponível em: <https://www.ndb.int>. Acesso em: Novembro de 2024.

NDB. **COVID-19 Emergency Program Loan to the Federative Republic of Brazil**. New Development Bank, 2020. Disponível em: www.ndb.int. Acesso em: 20 nov. 2024.

NYE JR., Joseph. **The Paradox of American Power: Why the World's Only Superpower Can't Go it Alone**. Oxford: Oxford University Press, 2002.

OEC, Observatory of Economic Complexity. **The Observatory of Economic Complexity**. OEC, 2024. Disponível em: <https://oec.world/en>. Acesso em: Junho de 2024.

PENNAFORTE, Charles. **Movimentos antissistêmicos e relações internacionais [recurso eletrônico]: uma perspectiva teórica para compreender o sistema-mundo**. Pelotas: Ed. UFPel, 2020. 110 p. Disponível em: https://repositorio.ufpel.edu.br/bitstream/handle/prefix/6632/PENNAFORTE_2020_Movimentos_antissistemicos_e_relacoes_internacionais.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: Julho de 2024.

PEREIRA, Rafael Antonio Anicio; MILAN, Marcelo. O Financiamento do Desenvolvimento e o Novo Banco do BRICS: uma alternativa ao Banco Mundial? **planejamento e políticas públicas** | ppp | n. 51 | jul./dez. 2018. Disponível em:

<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/256202/001086407.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: Outubro de 2024.

PRASAD, Eswar. **The Dollar Trap: How the U.S. Dollar Tightened Its Grip on Global Finance**. Princeton: Princeton University Press, 2020.

REIS, Gabriela Ferreira Chagas. **O caminho da China rumo ao centro político-econômico global e a transição energética (2013-2020): uma análise pela perspectiva dos ciclos sistêmicos de acumulação**. Dissertação de mestrado – UFRS, Porto Alegre, 2022, 193p.

STUENKEL, Oliver. **BRICS: e o futuro da ordem global**. 1. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz&Terra, 2017.

THUDIUM, Guilherme. Organizações Informais e Direito Internacional: o caso do BRICS. In: **Revista do Centro de Excelência Jean Monnet da FGV Direito Rio**, 2 [recurso eletrônico] / Paula Wojcikiewicz Almeida, (org.) — Rio de Janeiro: FGV Direito Rio, 2023. p. 75 – 85.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O declínio do poder americano**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.